

ATA DA 2ª REUNIÃO DA MESA SETORIAL 2024

Data: 14 de outubro de 20424.

Local: Agefis

Participantes	<u>Bancada do Governo:</u> Titulares: a) José Neuvani de Vasconcelos Júnior b) Marcus Cristian de Queiroz e Silva Suplentes: a) Maria Celina de Sousa Andrade b) Márcio Adriano Barbosa Bezerra
	<u>Bancada dos Servidores:</u> Titulares: a) Cinthia Soares Rodrigues Paier b) Rachel Figueiredo Viana Martins Lima c) Marta Cristina Jucá Policarpo Suplente: a) Dalbernon da Silva Cajado

Ata da Reunião

1. O Superintendente Adjunto da Agefis, Neuvani Júnior, presidiu a reunião justificando a ausência da Superintendente Laura Jucá por estar em reunião com a equipe de transição do governo e iniciou a reunião, dando boas-vindas a todos e abrindo a palavra aos membros da AFIM;
2. Cinthia Soares, Presidenta da AFIM, iniciou explanando acerca da importância do acesso aos dados gerados pela Agefis em seus dez anos de atuação, destacando a importância de dados qualitativos, capazes de demonstrar a essencialidade da Agência para a cidade, notadamente

no atual contexto político em que a Agência está ameaçada de extinção, no qual estamos inseridos.

3. Neuvani informou que o Prefeito Sarto também solicitou dados, para apresentar à equipe de transição de governo que se aproxima;

4. Cinthia ponderou que os dados são importantes não apenas para a transição, mas também para a defesa da Agência. Detalhou que os dados qualitativos devem considerar as peculiaridades dos territórios e o impacto da fiscalização nas políticas públicas;

5. Avançando para o 1º ponto da pauta apresentada, a saber: Atualizações dos processos, projetos, contratos ou outros instrumentos para que a Agefis acesse e disponha das verbas dos sistemas nacionais de fiscalização: SNVS, SISNAMA, SNDC para aparelhamento da fiscalização com percentuais previstos e frequência de repasse; foi chamada a Gerente Ruth Viana. Ruth apresentou pesquisa realizada junto à Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) acerca do repasse de verbas à Agefis, visto que é parte do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. Ruth explanou todas as buscas e mencionou a necessidade de um projeto, sem, contudo, ter obtido sucesso ao final da pesquisa. Ficou de apresentar dados concretos na próxima reunião da Mesa.

6. Ainda sobre o ponto o 1º ponto da pauta, Márcio Bezerra, Diretor de Planejamento, Normatização e Capacitação, trouxe a informação de que o Fundo de Defesa do Meio Ambiente (Fundema), contribuiu com o projeto de aquisição de drones e GPS. Sugeriu como encaminhamento que a Agefis oficiasse os responsáveis pelo SNVS, SISNAMA e SNDC, para que informem quais ações a Agência deve adotar no sentido de obter as verbas à que faz jus;

7. Marta Jucá, da bancada de servidores, sugeriu que a reunião avançasse para pautas mais pragmáticas e cujas soluções dependem apenas da gestão da Agefis;

8. A reunião avançou para ponto 2 da pauta - transferências e deslocamentos de fiscais - pauta da última mesa e de reuniões com a Diretora de Operações e a Assessora de Planejamento. Afim pleiteou a publicidade das estratégias utilizadas pela Agência por meio de atos normativos, inclusive dos critérios e números de vagas disponíveis por unidade de fiscalização (Tema dos ofícios de nº 019/2024 e 022/2024). Cinthia Soares iniciou sua fala dizendo que a Agefis deve critérios uniformes e transparentes para os deslocamentos e torná-los disponíveis aos Fiscais e não mudar os critérios a depender de quem solicita o deslocamento.

9. A Diretora de Operações, Celina Andrade, apresentou os critérios atualmente utilizados. Informou que por ocasião do deslocamento dos Fiscais de Vigilância Sanitária ocorrido em maio/2024, utilizou os dados fornecidos de estabelecimentos abertos com base na Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE – fornecidos pela SEFIN, porém, ponderou que tais dados são estáticos, pois foram apresentados do ano de 2023, sem atualização em tempo real. Na última reunião citada na pauta e detalhamento apresentado nesta Mesa Setorial, a Gerente Celina apresentou dados de deslocamento baseando-se no número de demandas do Fiscalize *versus* nível de complexidade (variando de 1 a 3) considerando a média das pontuações de cada gerente consultado conforme tempo de cumprimento de demanda para definir o número de vagas para Controle Urbano. Na última reunião trouxe a necessidade de algumas gerências. Apresentou os últimos deslocamentos;
10. Após a justificativa da Diretora de Operações sobre transferências que segundo ela foram necessárias para melhor convívio no local de trabalho, Marta argumentou que o que causa desconforto grande nos locais de trabalho são os privilégios de alguns, tratamento diferente por amizades ou até antipatia. Torce para que os gestores amadureçam. Disse que a AFIM sempre será a favor da ocupação dos cargos de gestão por fiscais, mas que torce para que eles amadureçam sobre seu papel e sobre saber lidar com questionamentos sobre as motivações deverem seguir os princípios da administração pública;
11. Neuvani falou sobre a necessidade de um instrumento jurídico para retorno dos fiscais comissionados e à disposição de outros órgãos para o campo, por ocasião de nova gestão municipal;
12. Rachel Viana, bancada de servidores, ressaltou que a AFIM solicita critérios objetivos e transparentes para a redistribuição desde 2021, por insatisfação dos Fiscais que se deslocaram por interesse da Administração com a nova territorialização (novos núcleos da Agefis por ocasião das novas regionais). Agora se faz necessário correr contra o tempo, prever o deslocamento para os casos citados pelo Neuvani. Disse também, que não concorda com o critério utilizado pela Diretoria de Operações;
13. Após a exposição dos membros da Mesa, a Celina e os presentes definiram que o critério de número de demandas no fiscalize por núcleo de fiscalização é o universo adequado para avaliar a disponibilidade de vagas em casos de deslocamento de Fiscais por serem os dados

utilizados pela Agefis para acompanhamento.

14. Márcio ponderou que no momento é necessário se adotar o pragmatismo. Sugeriu a criação de uma comissão mista – bancada de servidores e do governo – para estabelecer os critérios para deslocamento de Fiscais.

15. O Procurador Marcus disse ser melhor a instalação de um Grupo de Trabalho por não haver tempo hábil para publicar uma Portaria para os membros da Comissão.

16. Os presentes acataram a instalação do grupo de trabalho e agendaram a primeira reunião para o dia 17/10/24, tendo sido sugerido os nomes: bancada do governo – Márcio, Celina, Eliene e Neuvani, além de uma indicação da Projur. Os indicados para compor a bancada de servidores será feita posteriormente pela AFIM.

17. Sobre o tema Plantões de Fiscalização (ponto 3 da pauta) - rotina e eventos bem como acesso à informação sobre a concessão da Gratificação de Serviço Extraordinário e Adicional ao Trabalho Noturno concedida aos profissionais da AGEFIS e equidade na disponibilidade de vagas - ofício de nº 015/2024 -, a Diretora de Operações apresentou os critérios utilizados para os plantões;

18. Cinthia afirmou que o problema ocorre após a divulgação das vagas oficiais, visto que surgem eventualmente novas que não seguem os critérios apresentados pela Diretora Celina, privilegiando alguns em detrimento de outros e ferindo a transparência e equidade. Pleiteia a divulgação no Fiscalize de todas as vagas, incluindo as de auxiliares, fiscais e gestores, divididas por categorias de acordo com cada plano operativo dos eventos;

19. No que pertine aos pontos 5 e 6 da pauta da reunião (segurança dos Fiscais durante rotina de fiscalização e novos veículos), a AFIM explanou a insegurança que a identificação AGEFIS nos veículos proporciona aos Fiscais de campo, especialmente nas áreas periféricas da cidade e solicitou que a identificação dos veículos se concentrasse apenas do brasão da Prefeitura de Fortaleza. Considerando que as forças policiais têm mapeadas as áreas de risco à segurança, em que os próprios agentes não adentram, a Presidenta da AFIM solicitou que a Agefis tenha acesso a essas informações e disponibilize no Sistema Fiscalize para resguardar a segurança dos Fiscais;

20. A Cinthia, expôs o pequeno tamanho dos veículos para comportar as equipes fiscais em Plantões de Fiscalização dado que não cabe confortavelmente mais de três ou quatro

fiscais/motoristas de estatura maior. Diante da explanação, solicitou que a SEPOG fosse oficiada questionando-se a possibilidade de disponibilizar outros veículos, que não o Kwid da marca Renault, à fiscalização.

21. Sobre o assédio moral, tema dos ofícios de nº 013/2024 e 016/2024 – ponto 4 da pauta – Marta solicitou a presença da Coordenadora da Comissão de Prevenção e Combate ao Assédio Moral, Nádia Costa para os devidos esclarecimentos. Cinthia informou que a comissão não tem Regimento Interno. Pediu que fosse realizada reunião com a Comissão Central de Prevenção e Combate ao Assédio Moral para tratar do adequado funcionamento da Comissão Setorial da Agefis. Pontuou também, quando das audiências na sala da corregedoria, que fossem ocultadas as pastas que não fizessem referência à Comissão. Pleiteia a criação de um Regimento Interno, cronograma de reuniões e realização de atividades de prevenção e combate ao Assédio Moral junto ao público da Agefis;

22. A Coordenadora da Comissão de Prevenção e Combate ao Assédio Moral, Nádia Costa, informou que está à frente de suas atividades na Projur, bem como de uma auditoria interna e que no momento não pode dar seguimento às atividades da Comissão em cronograma e reuniões;

23. Marcus Queiroz sugeriu a substituição da Coordenadora da comissão;

24. AFIM pediu que a Comissão Central fosse oficiada acerca da existência de Regimento Interno, bem como que seja agendada reunião;

25. A Presidente da Afim, por fim, Protocolou ofício sobre os prazos das notificações referentes à Vigilância Sanitária, que não estão disciplinados em nenhum normativo, apenas em comunicação interna. Expôs que o prazo é diferente entre o setor público e o privado. Solicitou a elaboração de um normativo que preveja adequadamente os prazos reduzindo a insegurança jurídica das notificações lavradas. Mencionou ainda que o Vereador Danilo Lopes usou recentemente a tribuna do plenário para expor essa diferença de tratamento dos Fiscais com o setor público e privado.

26. Após a discussão das pautas acima, a reunião foi encerrada.